

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DE LONDRINA- CMTCSL

Ata Reunião Ordinária

10/11/2014

Institucional

A reunião iniciou-se às 19hrs09min, horário de Brasília, na Sala de Licitações da Prefeitura de Londrina, Estado do Paraná.

Inicialmente, não havia quórum. Após às 19hrs15min obteve-se quórum.

Reunião ordinária iniciada em segunda convocação, com apenas seis conselheiros. O Presidente anunciou que, a partir desta reunião, todos estarão *online*, com transmissão do andar das atividades em tempo real. Pretende-se ainda aperfeiçoar o sistema, mas as reuniões continuam abertas para a participação presencial dos cidadãos, com direito a manifestação, inclusive, salvo direito de voto.

Haverá agora uma nova sistemática: todos que pretendem falar, o farão pelo microfone. É necessário, para tanto, reduzir as conversas paralelas para que as reuniões sejam mais profícuas e para que as pessoas possam acompanhar melhor o áudio de casa.

Foram lidos os tópicos da pauta a ser discutida em reunião.

Informes

O Dr. Alvino participou da audiência pública a respeito da planta de valores do município. Há uma grande parcela da população que não aceita a majoração do tributo em algumas regiões da cidade.

Contudo, ainda assim é necessário atualizar a planta de valores, até porque a cidade tem crescido consideravelmente. A casa legislativa ainda irá debater aspectos como a alíquota, buscando sempre a justiça social e tributária.

O Presidente Fábio alertou o plenário para o fato de que o OGPL encaminhou a este Conselho o Relatório da Justiça do Trabalho acerca do passivo trabalhista. O relatório final, retirado do site do OGPL, foi exibido ao plenário. Foi dada ênfase na falta de fiscalização do contrato por parte da administração pública.

O secretário municipal de gestão pública, José Carlos Dias, se manifestou acerca da data de celebração dos contratos. O assistente da Mesa, Felipe, que gerenciou o levantamento, disse que foram analisados todos os processos. O secretário, então, fez uma distinção entre antes e depois de 2006. O presidente Fábio o alertou que os problemas persistem mesmo após 2006, citando o exemplo do contrato da Missaka Alimentos com a Maternidade.

O Dr. Alvino perguntou ao Felipe se há algum tipo de controle trabalhista e fiscal? A resposta foi afirmativa. O Presidente Fábio mencionou a sistemática estabelecida pelas INs 02 e 06 (fiscalização por amostragem). A Dra. Jacira, advogada do OGPL, exemplificou afirmando que na CMTU existe esse acompanhamento e há, inclusive, uma cartilha de como isso é feito pelos agentes.

O secretário afirmou pela PML que “estamos alterando essa forma de fiscalização, através da criação de um vínculo entre o gestor e o fiscal do contrato”.

Sobre o sistema de transmissão *online*; o sistema ainda está em teste. Há um novo *software* em andamento. Foi exibido no telão. Agora, durante um certame, tudo será apresentado de forma didática para que ocorra uma oficialização das etapas, buscando-se trazer maior transparência e um aumento na concorrência dos licitantes.

Em breve, será melhorada a definição da câmera e da iluminação. A agenda das licitações é colocada em baixo, mas já foi solicitado que os dados da licitação também sejam exibidos.

O Presidente Fábio indagou por quantos dias ficam disponíveis os vídeos. O secretário respondeu que por 30 dias, em razão do tamanho.

Encaminhamento #01

Márcio

Verificar as possibilidades de hospedagem dos vídeos das reuniões do Conselho para disponibilizar no Portal da Prefeitura apenas os links e não sobrecarregar o servidor.

O Presidente parabenizou o secretário pela referida implantação. O secretário Márcio anunciou o endereço de e-mail e colocou o Conselho à disposição das dúvidas dos cidadãos que estiverem assistindo.

Findados os informes.

Sem outras manifestações.

Deu-se início a análise dos tópicos da pauta a ser discutida.

Pauta

- 01.** Foram aprovadas as alterações de Atas elaboradas pelo Conselheiro Silvio e pelo Dr. Alvino.

Encaminhamento #02

Felipe

Redigir as alterações de Ata que foram aprovadas.

- 02.** Informes gerais redigidos acima.

- 03.** Tratado após o item 04. Foram lidas as conclusões do parecer do Silvio em sentido contrário ao parecer da Mesa. O Vereador deu, então, o seu histórico. Para ele, o não atendimento de um PI é inconstitucional. Ele alegou que foi falar com o prefeito e que, em fevereiro, rebateu o parecer jurídico da CMTU. Concordava com a tese do gasto exorbitante. Por isso, disse em audiência que poderia ser por meio digital.

Para ele, o impasse não estava na digitalização, porque ela pode ser feita, e sim na “recusa” em disponibilizá-la. Caso fosse *in loco*, não haveria a garantia real da totalidade da prestação da PI.

Afirmou também que “uma PI, por sua vez, não chega assim, desformalizada, ao seu requerente, e que apenas uma resposta fornecida dentro dos trâmites legais é que se torna passível de eventuais apurações em caso de ausência de informação solicitada. Contudo, cabe ao executivo decidir como será

respondido o PI. Assim, de quem era a atribuição da escolha? Do vereador ou do presidente da CMTU?”.

O secretário Márcio também se manifestou e afirmou que a CMTU trouxe o físico, então digitalizou-se para eventualmente imprimir o que fosse solicitado.

O Dr. Alvino pontuou que uma manifestação na tribuna é tida como oficial e escrita. A conselheira Marian perguntou: o senhor se manifestou quando viu que tudo estava digital? O vereador respondeu que não teve tempo hábil.

Para os conselheiros Francesca e Juliano, houve uma má uma má utilização dos recursos públicos, logo, a culpa foi do Executivo.

Ao ser indagado sobre o conteúdo das cópias, o Vereador afirmou que em breve haverá uma prestação de contas parcial, mas que um terço já foi concluído.

Proposta da Francesca: postergar a votação, vez que o não encaminhamento do parecer do Juliano prejudicou a mesma. Não obteve atenção do plenário.

Proposta de Juliano: oferecer os três pareceres. Obteve a unanimidade dos votos.

Encaminhamentos #03 e #04

Mesa

Enviar para os demais Conselheiros o parecer do Silvio acerca do caso das cópias da CMTU e elaborar a minuta de regramento que dá preferência às cópias digitais quando da disponibilização de documentos pela Administração Pública.

04. Abordado antes do item 03. A Rosane, coordenadora do OGPL, apresentou ao Conselho o relatório elaborado a partir das visitas as UBS. Resta fiscalizar Lindóia e Cafezal. Apenas um lote foi deserto.

Encaminhamento #05

Márcio

Enviar para os demais Conselheiros o Power Point das UBS e inseri-lo no site.

A Conselheira Juvira agradeceu. Disse que não teve ouvidos no Conselhos de Saúde e que eles deveriam receber esta apresentação.

Encaminhamento #06

Márcio

Encaminhar o Relatório Final das UBS para o Ministério Público (Patrimônio e Saúde), o Executivo (Gabinete e Controladoria), o Legislativo (CML) e o Conselho Municipal de Saúde.

05. Código de Ética: item prorrogado.

06. A Pauline, assessora de comunicação do OGPL, passou para todos a programação da I Semana Municipal de Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção, que acontecerá entre os dias 1º e 05 de dezembro deste ano.

O Presidente Fábio esclareceu o impasse com a CGU.

A programação foi votada e com unanimidade fechada da seguinte forma:



I SEMANA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

PROGRAMAÇÃO

**01/12/14 – MESA REDONDA
SOBRE “O QUE POSSO FAZER A MAIS
PARA COMBATER A CORRUPÇÃO?”**

Convidados: representantes da Prefeitura de Londrina, Câmara, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Controladoria-Geral da União.

HORÁRIO: 19h

LOCAL: Auditório da OAB-Londrina

**02/12/14 – ENCONTRO DOS CONSELHOS
MUNICIPAIS DE LONDRINA**

HORÁRIO: 8h

LOCAL: Auditório da OAB-Londrina

**03/12/14 - CURSO SOBRE A LEI DE
ACESSO À INFORMAÇÃO (12.527/2011)**

HORÁRIO: 8h30

LOCAL: Auditório da OAB-Londrina

**CURSO SOBRE CONTROLE INTERNO E
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

HORÁRIO: 14h

LOCAL: Auditório da OAB-Londrina

**04/12/14 – CURSO SOBRE TERMO DE
REFERÊNCIA E SOLUÇÕES PARA LICITAÇÕES**

HORÁRIO: 8h30

LOCAL: Auditório da OAB-Londrina

MOSTRA DE BOAS INICIATIVAS

HORÁRIO: 15h

LOCAL: Paço Municipal

05/12/14 – PRÊMIO LONDRINA DE CIDADANIA

HORÁRIO: 19h

LOCAL: Auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina

Organização:



Apoio:



07. Salário dos Vereadores da Câmara Municipal de Londrina.

Encaminhamento #07

Mesa

Oficiar ao Ministério Público para que averigue a questão da indisponibilidade informativa dos salários dos servidores e preste informações a este Conselho.

Encerramento

Abriu-se espaço para fala.

Ninguém se manifestou.

Pauta inteiramente discutida e concluída.

A reunião se encerrou às 22hrs38min, horário de Brasília.

Ata registrada.

Por ser isto verdade, dou a minha fé pública e firmo a presente.

Londrina, segunda-feira, 10 de novembro de 2014.

FELIPE FERREIRA ARAÚJO

Estagiário de Pós-Graduação, pelo IDCC, do Observatório de Gestão Pública de Londrina